

Belo Horizonte, 22 de abril de 2016

Ilmos. Senhores Diretores e Conselheiros da
Conservation International do Brasil
Rio de Janeiro - RJ

A/C Sra. Flávia Souza Rocha
Presidente

Sr. Ronald Shalders Neri
Diretor de Operações

Sr. José Augusto Rocha Magalhães
Diretor de Contabilidade

Prezados Senhores,

Como parte do programa de revisão dos procedimentos contábeis e financeiros do balanço a ser encerrado no exercício de 2015, procedemos a Auditoria e Revisão dos Controles Internos, na data de 31 de dezembro, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Contas de Resultados do Exercício.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


R&R AUDITORIA E CONSULTORIA
Luiz Carlos Rodrigues e Rodriguez
Diretor

Conservation International do Brasil

RELATÓRIO DA AUDITORIA EXTERNA Período de janeiro a dezembro de 2015

INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se à Auditoria dos Procedimentos e Controles Internos adotados para as Demonstrações Contábeis e Financeiras da **Conservation International do Brasil**, relativas ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, compreendendo o Balanço Patrimonial e a Conta de Resultados do Exercício.

Foram realizados procedimentos substantivos de Auditoria planejados para detectar distorções relevantes no nível de afirmações. Os procedimentos substantivos incluíram:

Testes de Controles;
Testes de detalhes (de classes de transações, de saldos de contas e de divulgações);
Procedimentos analíticos substantivos; e
Procedimentos analíticos substantivos de confirmação externa.

Foram feitas verificações de livros, documentos, controles e outros elementos operacionais. Adotamos o sistema de teste, amostragens e provas seletivas, na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias.

Não houve exame de todas as operações, dia a dia, mas foram feitas as verificações principais que a Auditoria julgou necessárias, a fim de examinar a consistência dos valores demonstrados, formando base para a opinião que é expandida no Parecer Final.

Nossos trabalhos foram executados de acordo com as Normas e Procedimentos de Auditoria, conforme Resoluções nº 1203/09 e 1329/11, do Conselho Federal de Contabilidade, observando-se ainda, as Normas de Contabilidade constantes das Resoluções nºs 750/93, 1282/10 e 1328/11, do mesmo Conselho Federal de Contabilidade.

Foram observados, também no que foi aplicável, os dispositivos da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, bem como as Normas e Resoluções emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Para fundamentar a opinião da Auditoria sobre as referidas Demonstrações Contábeis e Financeiras, foram procedidos os exames de rotina e exames especiais necessários, em grau que foi julgado suficiente. Além disso, foram obtidas explicações complementares à finalidade dos trabalhos realizados.

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL

CNPJ nº 38.737.938/0001-61

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em Reais)

ATIVO

		<u>2015</u>	<u>2014</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.739.474	3.853.215
Contas a receber		2.653.646	5.221.750
Adiantamentos		95.701	92.000
Outras contas a receber		234.007	-
		<u>10.722.828</u>	<u>9.166.965</u>
NÃO CIRCULANTE	5		
Aplicação financeira vinculada		5.000.000	5.000.000
Imóvel destinado a venda		2.800.000	2.800.000
Imobilizado		289.683	451.947
		<u>8.089.683</u>	<u>8.251.947</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>18.812.511</u>	<u>17.418.912</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO

		2015	2014
CIRCULANTE			
Doações concedidas a pagar		-	5.200
Obrigações fiscais e tributárias		158.216	65.369
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		920.326	1.012.153
Outras contas a pagar		24.050	-
		1.102.592	1.082.722
NÃO CIRCULANTE			
Projetos a executar	7	7.231.536	7.231.536
Receitas diferidas	8	5.830.595	5.726.022
		13.062.131	12.957.558
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	9	3.378.632	2.730.441
Superávit /(Déficit) do exercício		1.269.155	648.191
		4.647.787	3.378.632
TOTAL DO PASSIVO		18.812.511	17.418.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em Reais)

	2015	2014
RECEITAS		
Recebimentos CI / Washington	7.428.213	7.044.635
Corporações	6.057.010	4.545.694
Doações individuais restritas	794.069	291.836
Governo não U.S.	-	-
Venda de produtos/serviços	2.059.014	1.538.659
Receitas financeiras	1.290.219	2.185.113
Fundações/ONG	734.820	880.505
Outras receitas	4.322	-
	<u>18.367.666</u>	<u>16.486.442</u>
DESPESAS		
Doações concedidas	(328.666)	(123.400)
Despesas com pessoal	(8.837.289)	(8.838.588)
Despesas gerais e administrativas	(5.108.619)	(3.727.150)
Despesas com projetos	(1.904.275)	(1.857.005)
Despesas de Ocupação	(794.777)	(1.145.345)
Depreciação e amortização	(124.884)	(146.763)
	<u>(17.098.510)</u>	<u>(15.838.251)</u>
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	<u>1.269.155</u>	<u>648.191</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.695.247	(964.805)	2.730.442
Transferência para o patrimônio social	(964.805)	964.805	-
Superávit do exercício		648.191	648.191
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.730.442	648.191	3.378.632
Transferência para o patrimônio social	(648.191)	648.191	-
Superávit do exercício		1.269.155	1.269.155
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.082.251	2.565.537	4.647.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Superávit/(Déficit) do exercício	1.269.155	648.191
Depreciação	124.884	146.763
	<u>1.394.040</u>	<u>794.954</u>

(Acréscimo) decréscimo de ativos

Contas a receber	2.568.104	965.446
Adiantamentos diversos	(3.701)	(33.415)
	<u>2.564.403</u>	<u>932.031</u>

Acréscimo (decréscimo) de passivos

Doações concedidas a pagar	(5.200)	(31.250)
Obrigações fiscais e tributárias	92.847	(257.953)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(91.826)	286.189
	<u>(4.179)</u>	<u>(3.014)</u>

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

<u>3.954.264</u>	<u>1.723.971</u>
-------------------------	-------------------------

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Adições ao imobilizado	37.380	(230.088)
Recebimento de recursos para projetos	(105.385)	(605.810)

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

<u>(68.005)</u>	<u>(835.898)</u>
------------------------	-------------------------

Aumento de caixa e equivalentes de caixa

<u>3.886.259</u>	<u>888.073</u>
-------------------------	-----------------------

Disponibilidades no início do exercício	3.853.215	2.965.142
Disponibilidades no final do exercício	<u>7.739.474</u>	<u>3.853.215</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.886.259</u>	<u>888.073</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em Reais)

	2015	2014
RECEITAS	17.077.447	14.301.328
Doações recebidas	15.014.111	12.762.669
Receitas de consultorias	2.063.336	1.538.659
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui tributos)	6.832.691	5.581.219
Doações concedidas (Parcerias)	328.666	123.400
Custos das atividades estatutárias (Preservação ambiental)	2.592.491	2.495.123
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	3.911.534	2.962.696
VALOR ADICIONADO BRUTO	10.244.756	8.720.109
RETENÇÕES	124.884	146.763
Depreciações, amortização e exaustão	124.884	146.763
VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	10.119.871	8.573.346
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.290.219	2.185.113
Receitas financeiras	1.290.219	2.185.113
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	11.410.090	10.758.459
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11.410.090 100%	10.758.459 100%
Pessoal e encargos	8.837.289 77%	8.838.588 82%
Impostos, taxas e contribuições (Governo)	809.366 7%	455.263 4%
Juros, aluguéis e outros	494.280 4%	816.418 8%
Superávit do exercício	1.269.155 11%	648.191 6%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Conservation International do Brasil** é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem como finalidade dedicar-se à integração de esforços para a conservação da biodiversidade com aqueles que promovam a melhoria de vida do Homem, através de demonstração da viabilidade de modelos de desenvolvimentos sustentados.

A missão da Conservation Internacional é promover o bem-estar humano fortalecendo a sociedade no cuidado responsável e sustentável para com a natureza - nossa biodiversidade global - amparada em uma base sólida de ciência, parcerias e experiências de campo.

Imaginamos um mundo próspero e saudável no qual a sociedade tenha o compromisso de cuidar da natureza - nossa biodiversidade global – e de valorizá-la para o bem-estar permanente das pessoas e de todas as formas de vida na Terra.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e estão apresentadas em Reais.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da entidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram as seguintes:

a) Caixa e equivalente de caixa

A entidade considera equivalentes de caixa: (i) uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, e/ou (ii) um investimento quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Contas a receber

As contas a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

c) Demais ativos circulantes

São avaliados pelo custo de aquisição ou emissão, atualizados conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização, quando este for inferior.

d) Imóvel destinado a venda

Demonstrado ao custo da doação recebida.

e) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, ao líquido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil - econômica estimada dos bens.

f) Redução ao valor recuperável de ativos

O Imobilizado é anualmente revisto para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda estimada, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial na data do balanço.

Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos nos resultados dos exercícios.

i) Uso de estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da entidade, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas são reconhecidos no período em que são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou em também períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

j) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, não apresentam efeito relevante para serem ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	4.800	5.800
Banco Itaú – Savings	4.812.245	1.908.850
Banco Itaú – BHE	760.268	581.271
Banco Itaú – Petrobrás	1.005.176	995.924
Banco Itaú – BH Funbio	71.122	123.841
Banco Itaú – Rio de Janeiro	669.993	18.970
Banco Itaú- Fenubio TFCA Redes	31.617	-
Banco do Brasil – Caravelas	14.315	7.436
Banco do Brasil – Belém	-	12.224
Banco do Brasil – 3297 - 2/5030-x	-	-
Banco Itaú – FIEB	203.574	180.508
Banco Itaú – TEEB	-	18.391
Banco Itaú – Walmart	154.721	-
Banco Itaú – Belém	11.643	-
	<u>7.739.474</u>	<u>3.853.215</u>

5. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação	2015			2014
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aplicação Financeira Vinc.(a)	-	5.000.000	-	5.000.000	5.000.000
Imóveis Destinados Venda (a)	-	2.800.000	-	2.800.000	2.800.000
Móveis e equipamentos (b)	10% e 20%	1.620.329	(1.340.721)	279.607	342.767
Veículos (b)	20%	86.169	(76.093)	10.076	25.855
		<u>9.556.052</u>	<u>(1.416.815)</u>	<u>8.089.683</u>	<u>8.168.622</u>

(a) Refere-se ao Imóvel denominado Fazenda Rio Negro situado no Município de Aquidauana – MS, de propriedade da Entidade por recebimento como doação, com área de 7.647 ha, que se encontra gravado com arrolamento de bens e direitos expedido em 29 de maio de 2008 pela Receita Federal de Campo Grande – MS em face de existirem débitos fiscais pelo não recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR dos exercícios de 2003 a 2005.

Este imóvel foi destinado à venda em 1º de outubro de 2010, conforme Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda firmado com a Agropecuária Santana do Deserto Ltda., pelo valor de R\$ 7.200.000, cuja transação tem caráter irrevogável e irretroatável. A entidade já recebeu R\$ 5 milhões a título de Arras Confirmatórias pela venda efetuada, cujos recursos estão mantidos em aplicações financeiras (Nota explicativa 8). Conforme a

cláusula sexta deste contrato a compradora tomou posse provisória da Fazenda. Caso haja resolução contratual da venda do imóvel por parte da entidade a compradora poderá a seu critério requerer em juízo a adjudicação da Fazenda Rio Negro ou exigir a devolução do valor em dobro das Arras Confirmatórias paga, acrescido de correção monetária, juros de 1% ao mês, custas processuais e honorários advocatícios.

A conclusão da venda do imóvel e conseqüentemente a sua baixa contábil, depende da resolução do processo administrativo na Receita Federal do Brasil (Nota Explicativa nº 11).

- (b) De acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado e a ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e a Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43, a entidade decidiu não utilizar o custo atribuído pelo fato de entender que os valores contábeis registrados são condizentes com seus valores justos. Outro ponto abordado por esses normativos refere-se à revisão da taxa de depreciação dos ativos imobilizados. A entidade entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

6. DOAÇÕES CONCEDIDAS A PAGAR

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste – CEPAN	-	50
Anamélia de Souza Jesus	-	1.950
Fernanda Pedreira Tabacow	-	1.950
Thiago Cavalcante Ferreira	-	1.300
	<hr/>	<hr/>
	-	5.200

7. PROJETOS A EXECUTAR

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Agropalma S/A	19.729	19.729
Monsanto do Brasil Ltda –TEEB	105.059	105.059
ATE V-Londrina Transmissora de Energia S/A	9.260	9.260
Fundo Brasileiro de Biodiversidade - Funbio	213.770	213.770
Natura Cosméticos S/A	115.440	115.440
Banco Santander S/A	19.789	19.789
Fundo Brasileiro de Biodiversidade – Funbio TFCA	189.387	189.387
CLUA –Climate and Land Use Alliance	627.110	627.110
United Way Worldwide – Citi Foundation	170.757	170.757

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente PA	-	-
Instituto Walmart	7.707	7.707
Vale S/A - TEEB 245081	95.604	95.604
Vale S/A - VALE MAIS C45111	420.740	420.740
FIEB – Federação Industrias Estado Bahia	103.904	103.904
Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás	2.926.394	2.926.394
Fundação Pesquisa – FAPUR/UFRRJ	1.883.759	1.883.759
Agropolo Mucugê Ibicoara	150.000	150.000
Empreendimentos Participações B4 Ltda	173.127	173.127
	<u>7.231.536</u>	<u>7.231.536</u>

Refere-se a recursos provenientes de contratos assinados, a serem aplicados em projetos visando o desenvolvimento e sustentabilidade da biodiversidade.

8. RECEITAS DIFEIDAS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fazenda Rio Negro (a)	4.966.949	4.966.949
Votorantim	33.705	33.705
Fas Desenvolvimento e Gestão de Negócios	829.941	725.368
	<u>5.830.595</u>	<u>5.726.022</u>

(a) Fazenda Rio Negro

Saldo decorrente de alienação do imóvel (Nota Explicativa nº 6(a)), no exercício de 2010, aprovado em ata, cujo recurso será destinado à aplicação na conservação e ao uso sustentável da biodiversidade do bioma pantanal. O valor deste passivo está pendente de reconhecimento como receita por ainda estarem pendentes das contestações dos autos de infração recebidos pela Entidade pelo não recolhimento de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR dos exercícios de 2003 a 2005.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social é constituído pelas contribuições iniciais dos instituidores, acrescido ou diminuído, respectivamente, do superávit ou déficit inerente às atividades da entidade ao término de cada exercício social.

10. SEGUROS

A Conservation International do Brasil mantém seguros para fazer face a eventuais sinistros de naturezas diversas, sendo os valores segurados considerados suficientes pelos administradores da entidade.

11. CONTINGÊNCIAS

A administração da entidade adota a prática de revisar periodicamente com seus consultores jurídicos externos a evolução de cada um dos processos em que a entidade se envolve em razão das suas atividades. Na revisão efetuada em 31 de dezembro de 2015 a Administração concluiu ser desnecessária a constituição de qualquer provisão para contingência.

A provisão para contingência e riscos, em 31 de dezembro de 2015, classificados como perda possível, está assim apresentada:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Trabalhista	13.776	13.776
Cível	8.227.164	7.413.469
	<u>8.240.940</u>	<u>7.427.245</u>

O passivo cível contingente cível refere-se ao não recolhimento do ITR, conforme descrito nas Notas Explicativas 5 (a) e 8 (a).

Diretoria Colegiada

Flávia Souza Rocha
Presidente

Ronald Shalders Neri
Diretor de Operações

Responsável Técnico
José Augusto Rocha Magalhães
CRC MG 39.937/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores Conselheiros e Administradores da
Conservation International do Brasil

Rio de Janeiro - RJ

Auditamos o Balanço Patrimonial da **Conservation International do Brasil**, levantado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes ao período findo naquela data. Essas Demonstrações Financeiras são de responsabilidade da Administração da Entidade. Nossa responsabilidade é efetuar a auditoria com o objetivo de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Conservation International do Brasil é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Conservation International do Brasil, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações, as mutações de seu Patrimônio Líquido e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002).

Ênfase

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 6 (a), 9 (a) e 12, está pendente de definição pela Entidade junto as autoridades fiscais se haverá necessidade de efetuar o recolhimento de débitos relacionados ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR dos exercícios de 2003 a 2005 e para os quais não há provisão reconhecida. O saldo deste passivo contingente atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 8.227 mil (R\$ 7.413 mil em 2014).

Apesar de não haver desfecho definitivo quanto aos autos de infração para recolhimento do tributo, a Entidade, até o exercício de 2015, reconheceu o montante de R\$ 1.944.864 referente aos rendimentos auferidos sobre os recursos originalmente recebidos decorrente da transação de venda do imóvel, tendo em vista que em caso de distrato do contrato de compra e venda, a compradora poderá a seu critério, requerer em juízo a adjudicação da Fazenda Rio Negro ou exigir a devolução do valor em dobro das Arras Confirmatórias, acrescido de correção monetária, juros de 1% ao mês, custas processuais e honorários advocatícios.

Outros Assuntos

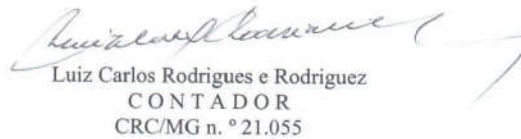
Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Entidade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Belo Horizonte, 15 de abril de 2016

R & R AUDITORIA E CONSULTORIA
CRC/MG nº 5.198-02
CVM 8460


Régis Monteiro-Ferreira
CONTADOR
CRC/MG n.º 67.409


Luiz Carlos Rodrigues e Rodriguez
CONTADOR
CRC/MG n.º 21.055


Warley de Oliveira Dias
CONTADOR
CRC/MG n.º 094.865